



O impacto social da UNESCO na Educação em Portugal

**Relatório de Estágio na Comissão Nacional da UNESCO no Ministério dos
Negócios Estrangeiros**

Nádia Silva Riethmueller de Oliveira

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e
Relações Internacionais**

Área de especialização: Relações Internacionais

Fevereiro, 2022

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais realizado sob a orientação científica de Carmen Fonseca, professora auxiliar do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

“Que a difusão da cultura e a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade humana e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com espírito de assistência mútua”

Preâmbulo do Ato Constitutivo da UNESCO, 16 de novembro de 1945

AGRADECIMENTOS

Escrever este relatório revelou ser um dos maiores desafios da minha vida. Não só pela sua complexidade, mas também pelo contexto pandémico que se instalou aquando a realização do mesmo. Ainda que, como base, tenha tido uma boa dose de dedicação, motivação e resiliência, é de mencionar que por si só, isso não seria suficiente.

Aos meus pais, pelo exemplo de respeito, compromisso, dedicação e resiliência. Ensinaram-me não só a voar, mas a cair e levantar quando assim fosse preciso. Obrigada por nunca deixarem de acreditar em mim, no meu potencial e me inculcaram os valores que hoje são chave do meu carácter.

À minha irmã Isaura, pelo exemplo de força e ambição que representa na minha vida. Obrigada por todos os aplausos e presenças assíduas nos bons e maus momentos.

À minha prima Jéssica, pelo carinho e palavra amiga que me proporcionou ao longo deste percurso. Obrigada pela tua boa disposição e companheirismo.

Ao Zé, pelo amor e paciência sem limites, espero deixar-te sempre muito orgulhoso de mim como eu sou de ti.

À minha orientadora, a professora Carmen Fonseca pela sua orientação, apoio e compreensão. Obrigada por toda a partilha de conhecimentos.

À Dra. Anna-Paula Ormeche, à Dra. Ana Sofia Lopes e à Dra. Fátima Claudino, pela empatia, atenção e bem-estar com que me receberam e incluíram naquilo que foi a minha aventura como parte da família da CNU.

Ao resto da minha família e amigos, obrigada.

O IMPACTO SOCIAL DA UNESCO NA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL

NÁDIA SILVA RIETHMUELLER DE OLIVEIRA

RESUMO

A 1 de março de 1965, Portugal aderiu à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), organização criada no ano de 1946 num contexto pós-guerra. Devido à relação adversa entre Portugal e a Organização das Nações Unidas (ONU) por motivos relacionados com a política colonial portuguesa, o país optou por abandonar a UNESCO em 1972, reingressando em 1974 após a Revolução de 25 de Abril.

Desde a criação das organizações internacionais que os Estados-membros têm demonstrado um crescente interesse na medição de impacto das organizações internacionais, tornando-se assim um tema emergente para a obtenção de resultados quantitativos. As organizações internacionais estão cada vez mais focadas em converter os seus esforços em valores de referência para o alcance de melhores resultados. No entanto, obter esses mesmos dados continua a ser um desafio.

O presente relatório tem por objetivo identificar as diferentes definições existentes para o termo de organizações internacionais; analisar o impacto social das ações realizadas pela UNESCO através da sua representação nacional na educação portuguesa; investigar os métodos de medição de impacto e compreender qual a sugestão mais adequada para o caso de estudo com base na experiência obtida no estágio curricular realizado na Comissão Nacional da UNESCO, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; Organização das Nações Unidas; Educação; Comissão Nacional da UNESCO; Ministério dos Negócios Estrangeiros;

O IMPACTO SOCIAL DA UNESCO NA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL

NÁDIA SILVA RIETHMUELLER DE OLIVEIRA

ABSTRACT

On March 1st of 1965, Portugal joined the United Nations for Education, Science and Culture Organization (UNESCO), an organization created in 1946 in a post-war context. Due to the adverse relationship between Portugal and the United Nations (UN) for reasons related to the Portuguese colonial policy, the country chose to leave UNESCO in 1972, re-entering in 1974 after the Revolution of 25 April.

Ever since the foundation of international organizations that State-members have been demonstrating a growing interest in measuring the impact of international organizations, thus becoming an emerging issue for obtaining quantitative results. International organizations are increasingly focused on converting their efforts into benchmarks to achieve better results. However, obtaining these same data remains a challenge.

This report aims to identify the different definitions for the term of international organizations; analyze the social impact of actions carried out by UNESCO through its national representation in Portuguese education; investigate the impact measurement methods and understand which is the most appropriate suggestion for the case study, based on the experience gained in the curricular internship carried out at the UNESCO National Commission, at the Ministry of Foreign Affairs.

Keywords: United Nations for Education, Science and Culture Organization; United Nations Organization; Education; National Commission for UNESCO; Ministry of Foreign Affairs;

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
I. Enquadramento teórico e conceptual	12
II. Caracterização da Unesco e da entidade acolhedora.....	18
A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	18
2.1. História	18
2.2. A relação entre Portugal e a UNESCO.....	19
2.3. Estrutura Organizacional.....	20
2.4. Missão, Visão, Valores	21
A Comissão Nacional da UNESCO.....	22
3.1 História	22
3.5 Missão, Visão e Valores	22
3.5 Estrutura Organizacional.....	23
3.5 Áreas temáticas da atividade da CNU	23
3.5 Contributos da CNU	27
III. Objeto de estudo: O impacto social.....	28
IV. O estágio.....	38
CONCLUSÃO.....	42
FONTES E BIBLIOGRAFIA	44
LISTA DE FIGURAS.....	49
ANEXOS.....	50
ANEXO A – LANÇAMENTO DE MATERIAIS EDUCATIVOS DA UNESCO EM PORTUGUÊS, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO SOBRE O HOLOCAUSTO.....	50
ANEXO B – TRADUÇÃO DA MENSAGEM DA DIRETORA-GERAL DA UNESCO, POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO.....	51
ANEXO C – TRADUÇÃO DA MENSAGEM DA DIRETORA-GERAL DA UNESCO, POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO	53
ANEXO D – 5ª REUNIÃO DA REDE INFORMAL DE COMISSÕES NACIONAIS EUROPEIAS DA UNESCO.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;

CNU – Comissão Nacional da UNESCO;

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa;

EUA - Estados Unidos da América;

IETF - *Impact Evaluation Task Force*;

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros;

ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milénio;

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;

ONU – Organização das Nações Unidas;

OI – Organização Internacional;

SDN - Sociedade das Nações;

UNEG – Grupo de Avaliação das Nações Unidas;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura;

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

INTRODUÇÃO

Em Portugal e no mundo, são realizados diariamente inúmeros esforços no âmbito da Educação. É reconhecida pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, mais conhecida como UNESCO, como a peça chave para que as sociedades possam crescer e florescer. É através da mesma que é possível dotar as comunidades de competências fulcrais para o seu desenvolvimento. Para além de ser considerada um direito humano fundamental é também um instrumento essencial para a promoção da democracia.

Os benefícios da presença da UNESCO na política educacional dos seus Estados-membros são cada vez mais reconhecidos e documentados nos campos da literatura académica. Tendo em conta o mundo global e frenético em que vivemos, existe uma exigência cada vez maior para a utilização de um conjunto de boas práticas, não só por parte dos países, mas também dos agentes internacionais envolvidos, e para tal, é necessário haver métodos de mensuração de impacto.

O presente relatório tem como objetivo o estudo do impacto social da UNESCO na educação em Portugal, bem como as possíveis abordagens e metodologias que permitem avaliar o impacto e as suas limitações. Será estudado através de uma contextualização da temática e serão apresentados e sugeridos os métodos que mais têm estado presentes no debate internacional.

Portugal conta como um dos países membros da UNESCO desde 1965 e foi a partir do ano 1979 que teve a sua participação nacional instalada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Comissão Nacional da UNESCO, mais conhecida por CNU. A CNU tem por foco o trabalho em projetos na área da educação, ciência, cultura e informação. Devido ao vasto leque de atuação da comissão, são inúmeros os contributos que envia diariamente para a sociedade, alcançado várias faixas etárias, géneros e demografias. No entanto, estes mesmos contributos carecem de mensuração e notoriedade não só a nível académico como também a nível social.

Ambiciono com este relatório não só enriquecer a investigação da comunidade académica no que diz respeito a um método de mensuração do impacto social da educação em Portugal, mas também consciencializar a população portuguesa para a relevância do papel da Comissão Nacional da UNESCO em Portugal.

De modo a melhor compreender o presente relatório, este encontra-se dividido em quatro partes. Numa primeira parte é inserida a componente científica do relatório, através de uma revisão da literatura, que permitirá analisar e definir o conceito de organização internacional. Numa segunda parte será introduzida a UNESCO enquanto principal organização internacional com foco na Educação, começando por uma análise histórica e uma descrição dos contributos da OI. Em seguimento, será realizado o mesmo procedimento com a representação nacional da UNESCO em Portugal, a Comissão Nacional da UNESCO, iniciando com um contexto histórico e mencionando os seus contributos na sociedade portuguesa. O terceiro capítulo introduz o impacto social e a sua mensuração, seguido pelo quarto capítulo com o estágio e as atividades realizadas durante o período do mesmo. Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais do estudo, sendo também identificadas as suas contribuições, limitações e sugestões para futuras pesquisas.

A escolha do tema é justificada pelo interesse pessoal na problemática da participação portuguesa em organizações internacionais de cariz não-governamental. Acresce o facto de ter sido possível realizar o estágio curricular na atual representação nacional da organização em Portugal, e através desta participação verificar-se uma ausência de estudos sobre o impacto social da organização no âmbito da Educação em Portugal.

Um dos elementos necessários para a finalização do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais é o estágio curricular. A entidade acolhedora onde o estágio se realizou é conhecida por Comissão Nacional da UNESCO, local onde o estágio teve lugar entre os dias 11 de novembro de 2019 e 05 de junho de 2020. Na sede da Comissão estavam diariamente a Secretária Executiva, bem como os responsáveis pelos diferentes setores de atuação da organização e do secretariado. Contanto também com a presença pontual do Presidente da Comissão.

Devido à situação pandémica que se instalou no dia 16 de março de 2020 em Portugal, e no mundo, a segunda metade do estágio foi realizada de forma remota.

O principal motivo para a escolha do estágio curricular como componente não-letiva foi o objetivo pessoal de concretização de um desafio mais prático no âmbito das relações internacionais. A escolha do local, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, teve como base a curiosidade e a intenção de melhor compreender e conhecer o funcionamento interno do órgão governamental representante da política externa portuguesa.

Enquanto a escolha da Comissão Nacional da UNESCO deveu-se ao facto de ser a representação nacional máxima da organização internacional em Portugal e também por partilhar especial interesse nas áreas de atuação, nomeadamente na Educação e Direitos Humanos.

O estágio consistiu no desenvolvimento de várias atividades no Setor da Comunicação e Informação, por revelar ser o setor mais abrangente e transversal e permitir a colaboração com as restantes áreas da CNU de uma forma próxima.

Desse modo, foram estabelecidas desde início algumas das funções base da estagiária para com a organização, tais como a tradução de documentos e mensagens de referência para divulgação nacional, a criação e colocação de conteúdos nos canais digitais de comunicação da Comissão, o apoio no planeamento e organização de eventos, a pesquisa, recolha e tratamento de informação relacionada com projetos internacionais da UNESCO, bem como dos setores da Educação e da Cultura.

Para além das funções referidas, o estágio teve como objetivo o envolvimento em iniciativas de cariz social e cultural de enriquecimento pessoal e profissional. A proximidade com o Ministério dos Negócios Estrangeiros permitiu também a participação em atividades de índole diplomática e internacional. O documento compreende toda a informação necessária e relevante sobre o estágio de uma forma clara e objetiva, tendo em conta os objetivos e as funções, bem como o balanço pessoal e profissional.

I. Enquadramento teórico e conceptual

a) Organizações Internacionais

A origem das organizações internacionais remonta a meados do século XIX, onde estas tinham por objetivo facilitar a cooperação entre nações (Herz & Hoffman, 2010). O cenário pós-guerra da Primeira Guerra Mundial, com a vitória por parte dos aliados, permitiu a criação da primeira ideia de organização política considerada internacional, a Sociedade das Nações (SDN), também conhecida por Liga das Nações. Esta tinha como principal objetivo a criação de uma ordem internacional onde a paz reinasse. Para isso tinha como pilares assentes a *“segurança coletiva ..., a arbitragem como meio normal de resolução de conflitos e a limitação de armamentos.”* (Ribeiro e Ferro, 2004, p.47). Ainda que a SDN tivesse sido criada para colmatar as desavenças e tentativas de conflito, o seu plano inicial partiu de uma abordagem demasiado ambiciosa. Países como o Japão, a Alemanha e a Itália continuavam a praticar políticas expansionistas e a fomentar a criação de conflitos.

É então que a 1 de setembro de 1939, com a invasão da Polónia por parte da Alemanha, que a Segunda Guerra Mundial tem início. Esta é não só uma imitação, mas também uma réplica da I Grande Guerra, promovendo o receio entre Churchill e Roosevelt da repetição do “cenário de paz separada”. (Gaspar, 2017, p.26). Dois anos após o início do maior conflito armado da história, em agosto de 1941, Winston Churchill e Franklin Roosevelt assinam o documento que tinha em vista não só os direitos, mas também o bem-estar e a cooperação internacional, intitulado de Carta do Atlântico. Esta serviu de impulsionador para que com a entrada de potências como os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no conflito, fosse assinada a Declaração das Nações Unidas, em 1942, por vinte e quatro Estados reafirmando os direitos da Carta do Atlântico e reforçando a contrariedade para com os países do Eixo (Itália, Alemanha e Japão). (Pinto, 2010, p.29).

Carlos Gaspar advoga em *A balança da Europa* (Gaspar, 2017) que a tradição diplomática dita que os planos da paz sejam tratados após o final da guerra, no entanto as circunstâncias do conflito exigiam que os planos fossem antecipados. E assim, em 1943, com a assinatura da Declaração de Moscovo pelos EUA, URSS e Reino Unido ficou

delineado o plano para o contexto pós-guerra, assente na criação de uma entidade que não só promovesse a paz e segurança, mas também se dedicasse a estabelecer um princípio de igualdade entre os Estados.

A intervenção permanente dos Estados Unidos, da URSS e do Reino Unido definem o novo panorama da “*balança europeia*” (Gaspar, 2017, p.31) e lideram a criação de três cimeiras sucessivas e prioritárias para o desenvolvimento da estratégia de guerra e paz. A Conferência de Teerão entre 28 de novembro e 1 de dezembro de 1943, a Conferência de Ialta entre 4 e 11 de fevereiro de 1945 e a última oportunidade para concluir um acordo sobre as condições da paz na Europa, a Conferência de Potsdam entre 17 de julho e 2 de agosto de 1945. Simultaneamente, a junho de 1945 é assinada a Carta da Organização das Nações Unidas, ratificada por 51 membros a 24 de outubro do mesmo ano.

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada com o objetivo de assegurar a paz e promover a segurança internacional, ainda assim a Carta da Organização assenta em princípios de igualdade e respeito com base na “promoção da cooperação internacional no campo económico, social e cultural” (Fernandes, 1980, p.96) com a contribuição e auxílio de um conjunto de organismos autónomos ligados à organização, tal como a UNESCO.

Após a criação da ONU, os anos que se seguiram foram de florescimento para a criação de outras organizações internacionais de elevado relevo no sistema internacional e por esse motivo é necessário começar por definir o que é uma OI. Desde a criação do conceito foram atribuídas inúmeras definições e análises ao seu papel no contexto internacional. Das definições e análises mencionadas destacam-se quatro abordagens do conceito de organização internacional que permitem obter uma melhor compreensão do seu papel no sistema internacional político tal como o conhecemos hoje em dia.

A primeira análise é a de Edward Beauchamp, que em *Constructing Education for Development*, entende que a literatura nos fornece dois géneros de abordagens no que toca à perceção do que são atores internacionais. Em primeiro lugar os “*traditional scholars of international relations*” que representam um cenário em que o sistema internacional é dominado pela competição individual e egocêntrica por poder e recursos entre

os países. Já os “*world society scholars*” demonstram que não existe apenas um, mas sim vários atores no sistema internacional, dos quais fazem parte não só os países, mas também as organizações internacionais. Em relação ao conceito de organizações internacionais o autor acredita que estas são “*unidades sociais (ou agrupamentos de humanos) construídos e reconstruídos deliberadamente para atingir objetivos específicos (Etzioni, 1964, p.3)*” (Beauchamp, 2003, p.16).

Uma abordagem mais complexa é a de Michael Barnett e Martha Finnemore, que diverge da opinião de que as OI são vistas como um instrumento de cooperação entre nações. Os autores defendem que as organizações internacionais representam, nos dias de hoje, uma forma de atuação internacional, não estatal, dotada de experiência e conhecimento. (Barnett e Finnemore, 1999.) A sua criação contribuiu não só para a alteração do panorama político, económico e social, bem como para a distribuição de poder dentro do sistema internacional. São consideradas essenciais para as relações intraestatais, em suma, devido às mais valias que acarretam para os países. Referem-se a si próprias como impessoais, teocráticas e neutras (Barnett e Finnemore, 2004). Deste modo, os autores acreditam que as OI não devem ser percecionadas unicamente como um instrumento do Estado, mas sim como agentes independentes e autónomos com direito próprio de representar um papel relevante na política global. (Barnett e Finnemore, 2004; Dijkzeul e Beigbeder 2003).

À luz da proposta liberal assenta a análise de Julia Resnik, que entende as organizações internacionais como “*atores, instituições com estruturas e recursos*” e “*coproductoras dessa cultura educacional mundial*” (Resnik, 2006, p.178). Afirmar ainda que as OI desempenham um papel chave no sistema internacional através do seu contributo como atores e não simplesmente como veículos. Auxiliando no crescimento internacional através da paz e cooperação, tal como as Nações Unidas.

Com base no modelo realista mencionado por Robert Keohane e Joseph Nye em *Transgovernmental Organizations*, as organizações internacionais são definidas como “*organizações intergovernamentais*”, instituições dotadas de pouco ou nenhum poder de atuação e independência no sistema internacional. Porém, em *International Institutions: Two Approaches*, Keohane definiu as OI como “um conjunto de regras persistente e conectado (formal ou informal) que dita papéis comportamentais, restringe atividades

e molda expectativas.” (Keohane, 1988, p.343). Este conjunto definido pelos autores caracteriza as organizações internacionais como agentes indispensáveis para a cooperação no sistema internacional.

Estas quatro abordagens, embora distintas, quando analisadas em conjunto contribuem para o entendimento da relevância do papel das OI no sistema internacional. Ainda que para Beauchamp as OI sejam *“unidades sociais construídas e reconstruídas deliberadamente para atingir objetivos específicos”*, e que para Barnett e Finnemore sejam agentes independentes e autônomos, e para Resnik são *“coprodutoras dessa cultura educacional mundial”* e para Keohane são *“organizações intergovernamentais”*, é necessário ressaltar o facto de que em todas as análises apresentadas, os autores concordam que as OI são detentoras de autonomia e independência própria com objetivos e ideologias claras e definidas. Destacando também que, ainda que com algumas disparidades, os autores estão alinhados quando é mencionado o poder que as OI detêm em influenciar o sistema internacional, bem como o seu papel indispensável para a cooperação e interação com os Estados.

Ao mencionar o conceito de organizações internacionais é agora mais evidente o seu papel como atores internacionais, dotados de poderes, regras e objetivos próprios com elevada influência na reformulação do sistema internacional. Dentro do domínio das OI são várias as que detêm características em comum, no entanto nem todas adotam as mesmas visões e abordagens no panorama internacional.

Excluindo as Nações Unidas, a UNESCO é a principal organização com foco na Educação. Ainda assim, existem outras organizações que indiretamente também contribuem com vários esforços para a Educação, tais como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e agências dentro das Nações Unidas, como a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial da Saúde, o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e o Programa Mundial de Alimentos. Um dos propósitos destas organizações ativas no papel da Educação são o facilitar e o estabelecimento de ideologias, estruturas e práticas uniformes implementadas pelos estados.

No seguimento, McNelly defende que se nos dias de hoje a Educação é vista como um direito humano básico e um meio essencial para atingir o desenvolvimento, o mesmo apenas foi possível através do trabalho das organizações internacionais em criarem um modelo único e transversal ao sistema internacional. As OI funcionam para a Educação como *“uma espécie de carta ou código de educação pública, um corpo de doutrina educacional de uma vasta dimensão e importância”* (McNelly, 1996, p.484).

b) Educação

Por ser um direito humano fundamental e crucial para o exercício de todos os restantes direitos, bem como contribuir para a fundação de um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e justo, a Educação tem sido a principal prioridade da UNESCO.

Enquanto organização especializada das Nações Unidas para a educação, a UNESCO tem como foco a liderança da Agenda 2030 para a Educação. A Agenda 2030 faz parte de um plano de ação internacional para o desenvolvimento, com o objetivo de erradicar a pobreza mundial. Vigora desde setembro de 2015, após os seus 17 ODS terem sido aprovados na Cimeira das Nações Unidas em Nova Iorque. Tem como origem a Declaração do Milénio, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000, da qual foram definidos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que mais tarde foram utilizadas como base para a criação dos ODS.

A educação ocupa atualmente a quarta posição na Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, todavia, é considerada essencial para o exercício e cumprimento dos restantes objetivos da Agenda. Tem como objetivo *“assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”*.

Ainda assim, uma larga percentagem da população mundial não tem a possibilidade de frequentar o ensino primário ou o acesso à informação e ensino sobre o que é necessário para viver uma vida saudável. Tudo isto deve-se a inúmeros fatores, destacando como principais a desigualdade de género, a pobreza, a localização geográfica e o status de minoria, por muitas das vezes étnica. Tal como definido na Agenda 2030 pelas Nações Unidas, o quarto ODS, uma educação de qualidade para todos, é ainda uma realidade distante para muitos e em especial para as raparigas. Existe ainda uma enorme barreira entre estas crianças e o acesso à educação. Contudo a UNESCO faz da sua responsabilidade a defesa pelo direito de cada criança, jovem e adulto, do acesso a uma educação de qualidade ao longo da sua vida, independentemente da sua definição (formal, não-formal ou informal).

II. Caracterização da Unesco e da entidade acolhedora

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

A UNESCO é a organização educacional, científica e cultural das Nações Unidas. Tem como objetivo a construção da paz através da cooperação internacional na Educação, nas Ciências e na Cultura. Os programas da UNESCO contribuem para o alcance dos Objetivos da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável, definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015.

Tem como missão contribuir para o desenvolvimento da paz, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural. Enquanto organização internacional tem como principal foco a Educação, e crê que a mesma desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano, social e económico.

2.1. História

De acordo com Frederico Mayor em *History of UNESCO, "a história da UNESCO não se trata apenas da história de uma instituição, mas sim de uma era inteira"*. (Valderrama, 1995)

Sendo uma instituição internacional composta por vários Estados-membros onde os próprios têm a sua história individual, é de fácil compreensão que a organização passe a ter não só a sua história, mas a de todos a que constituem.

É de ter em conta o ano de 1922, o ano em que foi criada a Comissão Internacional para a Cooperação Intelectual, por meio de decisão da Liga das Nações, esta organização intergovernamental era responsável por promover a cooperação internacional por meio da educação e da ciência. Devido à Segunda Guerra Mundial o papel desta Comissão foi reduzindo e as suas ações interrompidas.

A necessidade de uma instituição internacional como a UNESCO adveio do contexto pós-guerra em que o mundo se encontrava. O ano de 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial e conseqüentemente com a criação da Organização das Nações Unidas, mudou a ordem mundial e reformulou as relações internacionais.

A UNESCO surgiu enquanto Organização após um cenário de destruição sem precedentes na história mundial. Foi fundada oficialmente no dia 16 de novembro de 1945,

aquando o seu Ato Constitutivo, estabelecido na Conferência de Londres do mesmo ano, onde contou com a assinatura formal de 37 países.

Nos dois anos seguintes à sua criação, para que fossem alcançadas novas formas de comportamento social a UNESCO achou necessário reformular a Educação. Solicitou a todos os seus Estados-membros que o ensino primário passasse não só a ser obrigatório, mas também universal, e que a história e os seus factos fossem ensinados sem a promoção de nacionalismos, especialmente a crianças.

Mais tarde, tendo como ponto de partida a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a UNESCO propôs-se a promover a compreensão, a tolerância e a paz como objetivos comuns a todos os seus Estados-membros.

A aceleração da globalização no século XXI foi entendida como um apelo à construção de um novo modelo de cidadania mundial no âmbito da Educação. Através dela há a possibilidade das sociedades se tornarem mais inclusivas e igualitárias e com isso fazer frente ao desregulamento climático e pobreza.

2.2. A relação entre Portugal e a UNESCO

De modo a compreender a relação entre Portugal e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura é necessário recuar até 1945, aquando da criação das Nações Unidas e a adesão de Portugal à mesma.

Portugal elaborou várias tentativas de adesão à ONU desde a criação da instituição em 1945, ficou conhecida como principal implicação da adesão do país à organização da questão colonial portuguesa. David Castaño, na sua obra *Portugal e a ONU, A Primeira Aproximação*, fala-nos sobre como havia sido percecionada a entrada de Portugal na ONU por “profunda hesitação”, “escasso empenhamento” e “desconfiança de Salazar relativamente aos princípios da Carta das Nações Unidas”. Para o regime ditatorial da altura, a tentativa de adesão à Organização Internacional era um reflexo da “neutralidade portuguesa” e da aversão à nova abertura internacional. (Castaño, 2015, p.9)

Apenas em 1955, foi aceite o pedido de adesão de Portugal à ONU. No entanto, o governo português continuava a recusar solicitar a entrada na UNESCO, e as razões justificativas apresentadas para a sua constante recusa eram a “*falta de vontade e interesse*”. (Luís Rodrigues, 2006, pp.126-181)

Durante a década de 50 a questão colonial tomou proporções desmedidas e tornou-se um tema muito presente na política externa portuguesa.

Ao contrário do que se pensa, a adesão de Portugal à ONU não teve como consequência imediata a adesão à UNESCO, até mesmo porque Portugal não tinha como objetivo inicial fazer parte da organização, devido à questão colonial em África.

Ainda assim, em novembro de 1964, foi requerida pela primeira vez uma adesão por parte de Portugal à UNESCO. O relacionamento entre Portugal e as Nações Unidas era já conhecido como complexo e controverso, no entanto a possibilidade da adesão à UNESCO, agência das Nações Unidas, nunca foi totalmente negada. Em março de 1965, Portugal aderiu à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

No entanto, a permanência de Portugal enquanto Estado-membro da instituição foi atribulada e em 1971, por consequência do Estado Novo em Portugal, o governo português decidiu comunicar a sua intenção de abandonar o seu papel enquanto Estado-membro da organização, processo que se formalizou a 31 de dezembro de 1972. Mais tarde, com a implementação da democracia em Portugal através da Revolução de 25 de abril de 1974 e com a representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros pela parte de Mário Soares, o objetivo de conectar Portugal à comunidade internacional era primordial. Por esse motivo, foi dado em setembro do mesmo ano, o reingresso de Portugal na organização. Um ano após a reinserção de Portugal na UNESCO através da publicação do Decreto-Lei nº329/75 foi definido o estabelecimento de uma Missão Permanente em Paris.

2.3. Estrutura Organizacional

A UNESCO conta com cerca de 195 Estados-membros e 9 membros associados. Os Estados-membros que não são membros da ONU podem ser admitidos como membros da UNESCO, sob recomendação do Conselho Executivo, pela Conferência Geral votando por maioria de dois terços, como o caso português em 1974.

Enquanto a Conferência Geral determina a orientação e os principais assuntos a tratar, o Conselho Executivo, composto por 58 membros, é o órgão responsável pela

administração da Organização em conjunto com a Conferência Geral. É através de eleição que é realizada a escolha dos membros do Conselho Executivo e do Diretor-Geral, que constituem as mais disputadas eleições na UNESCO.

Presentemente a Organização tem como Diretora-Geral reeleita, Audrey Azoulay, antiga Ministra da Cultura em França e a segunda mulher na história a liderar a organização.

Para além da representação em território nacional, Portugal é ainda representado em Paris, na sede da UNESCO, desde 1975 por uma Delegação Permanente, onde o seu atual representante é o Professor Doutor António Sampaio da Nóvoa, posição atribuída através de uma nomeação pelo atual Presidente da República, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

2.4. Missão, Visão, Valores

A UNESCO foi criada com um propósito, o de promover a paz, na mente de todos os Homens, e estabelecer a segurança através da educação, ciência e cultura. A maior preocupação da Organização era reestruturar tudo aquilo que havia sido destruído durante o período da guerra e evitar futuros conflitos mundiais. A iliteracia era vista como incompatível com a dignidade humana, e por esse motivo havia uma necessidade de criar uma corrente de *“solidariedade intelectual e moral da humanidade”* de modo a atingir a paz. (Valderrama, 1995, p.25)

Atualmente a atuação da UNESCO passa por consolidar a cultura de paz, erradicar a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural.

A Comissão Nacional da UNESCO

3.1 História

A Comissão Nacional da Unesco em Portugal foi criada em 1979 sob a égide do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Decreto-Lei Nº218/79 de 17 de julho. Funciona no âmbito do mesmo, onde se encontra sediada.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros é a entidade governamental responsável pela coordenação e execução da política externa portuguesa. Entre as suas funções estão a de reter e divulgar a informação, tanto internamente pelos órgãos nacionais e ministérios, como externamente para missões diplomáticas e embaixadas.

Encontra-se sediado no Palácio das Necessidades e no Palácio Da Cova da Moura em Lisboa, e conta com mais de duzentos e cinquenta anos de existência, aquando da data da criação do seu direto antepassado no reinado de D. João V, por alvará de 28 de julho de 1736, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Atualmente, o MNE é representado pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o Professor Augusto Ernesto dos Santos Silva.

3.5 Missão, Visão e Valores

“A Comissão Nacional da UNESCO, abreviadamente designada por CNU, é uma estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros que tem por missão prosseguir os fins previstos no Ato Constitutivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (Decreto Regulamentar nº16/2012, de 30 de janeiro).”

Enquanto representante da UNESCO, a CNU partilha a mesma missão e valores que a organização, estes são o de *“contribuição para a construção da paz, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável e diálogo intercultural através da educação, ciência, cultura, comunicação e informação”*.

3.5 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Comissão Nacional da UNESCO é composta por oito elementos que operam nas quatro principais áreas de atuação da Organização.

A posição de Presidente da CNU é atribuída após a nomeação por parte do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Esta é atualmente ocupada pelo representante máximo da Comissão Nacional da UNESCO, o Embaixador José Filipe Moraes Cabral.

A posição de Secretária Executiva da CNU foi preenchida pela Dra. Rita Brasil de Brito até ao mês de fevereiro de 2020. Durante a sua permanência na CNU era responsável pela coordenação e gestão da equipa e assuntos referentes à CNU. Em março de 2020 a posição de Secretário Executivo foi conferida ao Dr. Sérgio Gorjão, o atual representante.

De forma a que os diferentes setores fossem geridos o mais eficientemente possível a Comissão encarregou para cada área de atuação um ou mais membros. No setor da Educação, a Dra. Fátima Claudino, no setor da Ciência, a Dra. Elizabeth Silva, no setor da Cultura, a Dra. Clara Cabral e Dra. Ana Lopes e por fim em conjunto no setor da Comunicação e Informação a Dra. Anna-Paula Ormeche e a Dra. Ana Lopes.

A CNU conta ainda com o auxílio do secretariado sob a alçada de Susana Palhete.

3.5 Áreas temáticas da atividade da CNU

Enquanto representação nacional da UNESCO, a CNU desenvolve atividades no âmbito das quatro principais áreas de mandato da Organização. Colabora ainda com vários elementos da sociedade, incluindo entidades governamentais, redes de embaixadas portuguesas no estrangeiro, comissões nacionais dos Estados membros da UNESCO e por fim com a Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO, cargo neste momento representado por António Sampaio da Nóvoa.

Tem como objetivos organizacionais a contribuição para a divulgação da Agenda 2030 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável bem como dos projetos, atividades e programas da UNESCO, a promoção de uma aplicação correta das convenções da UNESCO e por fim a dinamização das redes portuguesas ligadas à UNESCO.

Um dos seus principais meios de atuação da CNU é através do desenvolvimento das Redes internacionais promovidas pela UNESCO que, através de um contacto mais próximo e direto com as sociedades, possibilita complementar as ações oficiais da Organização a um nível regional.

As Redes da UNESCO

As Redes internacionais da UNESCO constituem um dos instrumentos de trabalho a nível nacional das várias temáticas da UNESCO. No âmbito da educação, a CNU promove a expansão e cooperação da Rede das Escolas Associadas da UNESCO com o objetivo de divulgar os valores e programas da UNESCO em prol de uma educação de qualidade, dos direitos humanos, do diálogo intercultural e do desenvolvimento sustentável.

Escolas Associadas da UNESCO

A Rede de Escolas Associadas da UNESCO constitui uma rede de desenvolvimento da educação formal e não formal compreendida entre o ensino pré-escolar até ao ensino superior, incluindo também o ensino profissional, técnico e de formação. Foi em 1952, através da sétima Conferência Geral da UNESCO. Atualmente, a Rede de Escolas conta com mais de onze mil estabelecimentos de ensino, em todos os seus 181 Estados-membros. Tal como a organização, esta rede tem como objetivo a promoção de valores e princípios base da Constituição da UNESCO e da Carta das Nações Unidas.

Portugal atualmente conta com a presença de 113 escolas associadas do Norte ao Sul do país, incluindo ilhas.

Cátedras UNESCO

As Cátedras UNESCO são um programa para o desenvolvimento de competências nas instituições de ensino superior e investigação mediante o intercâmbio e a partilha do saber em prol de um espírito de solidariedade. Trabalham em conjunto com organizações não governamentais, fundações e organizações do setor público ao privado. Portugal atualmente conta com cerca de 13 cátedras UNESCO. Um exemplo de uma cátedra como educação de qualidade em Portugal é a UNITWIN.

Bibliotecas Associadas à CNU

Portugal atualmente conta com 49 Bibliotecas associadas à Comissão Nacional da UNESCO, com o objetivo de incentivar as bibliotecas a abrirem as suas portas ao público e realizar atividades dentro das áreas temáticas da UNESCO, tais como a paz, o diálogo e a diversidade cultural, a questão da proteção ambiental e entre outras. Esta Rede representa um papel fundamental no combate à iliteracia e na promoção da informação através da promoção do acesso à leitura e difusão do conhecimento.

Cidades de Aprendizagem

O programa de Cidades de Aprendizagem integra cidades capazes de responderem às necessidades de aprendizagem dos seus cidadãos de utilizar os recursos de uma cidade de forma mais eficaz e assim proporcionar oportunidades de aprendizagem aos seus cidadãos de promover a igualdade, a justiça social, manter a coesão social, e de criar uma prosperidade sustentável. Portugal atualmente conta com 11 cidades de aprendizagem, como Pampilhosa da Serra, Alcobaça, Setúbal, Cantanhede, Batalha, Loures e Ourém.

Cidades Criativas

O programa de Cidades Criativas da UNESCO foi criado com o intuito de promover a cooperação entre cidades que tenham identificado a criatividade como um fator estratégico do desenvolvimento urbano sustentável. Hoje em dia Portugal conta com 7 Cidades Criativas, como Óbidos, Barcelos, Braga e Amarante.

Clubes UNESCO

Os Clubes UNESCO são grupos de pessoas ou associações sem fins lucrativos, tais como ONGs, universidades, fundações, círculos culturais, sociais e administrativos. É uma comunidade aberta sem limite de idades ou condições financeiras ou sociais. Têm como objetivo a promoção da UNESCO e os seus programas, bem como a propagação dos seus valores através de atividades semelhantes às praticadas na Organização, a con-

tribuição para a formação cívica e democrática, o apoio dos Direitos Humanos, a compreensão internacional e o diálogo entre comunidades. Em Portugal estão presentes cerca de 65 clubes do norte ao sul do país, incluindo ilhas.

Esta rede tem como missão a transmissão e promoção, a nível local, nacional e internacional, dos ideais da UNESCO em proximidade com a sociedade civil. É de destacar a importância da Rede portuguesa de Centros e Clubes UNESCO em cooperação com as Federações portuguesa, europeia e mundial das Associações, Centros e Clubes UNESCO pelas atividades de promoção e divulgação de informação através da utilização de plataformas existentes ou da criação de novas.

Em adição a CNU acompanha e promove atividades no âmbito da implementação das Convenções em que Portugal é membro, estas são a Convenção do Património Mundial, criada em 1972 com o objetivo principal a proteção de bens patrimoniais dotados de grande valorização excecional a nível mundial, a qual Portugal conta com atualmente dezassete¹, a Convenção do Património Cultural Subaquático, Convenção da Diversidade das Expressões Culturais, Convenção do Património Cultural Imaterial. E ainda a criação de novas Reservas da Biosfera, bem como a Rede de Geoparques.

Por outro lado, a CNU reúne esforços na promoção de programas desenvolvidos pela UNESCO no âmbito da literacia mediática e da liberdade de imprensa e expressão, através do acesso às TIC, à diversidade linguística no ciberespaço, aos media e à igualdade de género. Tal como a UNESCO, a Comissão tem como principal foco a cultura da paz, os Direitos Humanos, a bioética, o diálogo intercultural, o desenvolvimento sustentável, a igualdade de género e a juventude e por esse motivo são inúmeras as atividades realizadas nestes campos.

Por fim, é importante referir as atividades de tradução para português de variados documentos de referência, como por exemplo as mensagens dos Dias Mundiais, para a divulgação a nível nacional, bem como a nível da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

¹ Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal>

3.5 Contributos da CNU

Atualmente, a CNU contribui para a sociedade civil com inúmeras publicações, muitas das quais estão divulgadas no seu Website e lançadas fisicamente com a parceria do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Editoras como a Creative Minds e a Grafilinha. De um modo geral, os contributos diretamente concebidos pela CNU, têm como objetivo proporcionar auxílio às organizações interessadas, tais como escolas, bibliotecas, clubes e centros. São conhecidos como trabalhos da UNESCO o Manual Prático para as Escolas Associadas da UNESCO, o Kit Educativo Património Cultural Subaquático, o Kit Educativo Educação para a Cidadania Global, o Guia Prático de Clubes UNESCO, a Declaração sobre os princípios Éticos relativos às Alterações Climáticas, o Guia sobre Desenvolvimento Sustentável, o Guia de políticas Educação sobre o Holocausto e para a prevenção do Holocausto e o Porquê ensinar sobre o Holocausto?.

É de destacar a importância dos últimos dois trabalhos, estes inserem-se na temática da Educação sobre o Holocausto e para a prevenção do genocídio, uma prioridade da Agenda 2030 da Educação. Para além de serem os primeiros livros desse tipo, proporcionam o foco em assuntos que são de elevada relevância, será através dos mesmos que a possibilidade de uma educação mais abrangente sobre as atrocidades em massa será alcançada. Não é apenas um guia para os alunos, na medida em que levanta questões pertinentes, mas também é uma ótima ferramenta de trabalho para os professores, ao fornecer soluções concretas sobre como lidar com esta temática. Por fim, foi possível a existência destes guias através de anos de pesquisa realizados pela Educação para a Cidadania Global da UNESCO.

Parte do esforço da ONU é promover a Educação para a Cidadania Global, esta tem por objetivo desenvolver os alunos de modo a que se possam tornar em pessoas informadas e criticamente instruídas, socialmente conectadas, eticamente responsáveis e envolvidas na diversidade cultural, para com isso tornar as sociedades mais pacíficas, inclusivas e justas. O Mundo está cada vez mais interconectado, porém violações dos direitos humanos, desigualdade e pobreza ainda ameaçam a paz e a sustentabilidade.

III. Objeto de estudo: O impacto social

Nos dias de hoje o destaque atribuído às OI, no panorama internacional, não só é notório, mas também fundamental para o bom funcionamento das relações entre países. Tornando fulcral a necessidade de discussão sobre o seu impacto nas sociedades.

A UNESCO é a única organização das Nações Unidas especializada em educação e por esse motivo crê que é através da mesma que é possível alcançar respostas para muitos dos problemas que a humanidade enfrenta diariamente.

No âmbito da Estratégia da UNESCO para a Educação 2014-21² e os ODS da Agenda 2030³, foram estipulados objetivos como, o desenvolvimento de sistemas educativos que promovessem uma aprendizagem de qualidade e inclusiva ao longo da vida de todos, a capacitação aos alunos de serem cidadãos globais criativos e responsáveis e a adaptação de uma futura agenda internacional da educação.

O trabalho da Organização com a criação do programa da Rede de Escolas Associadas da UNESCO em Portugal assenta nos pontos referidos. Este, compreende o desenvolvimento da educação desde o ensino primário ao ensino superior, incluindo o ensino técnico, profissional e de formação, e a educação formal e não formal.

A criação da Rede de Escolas Associadas da UNESCO⁴ foi aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, na sua sétima sessão, em 1952, tornando-se a primeira e maior rede da Organização. Até à data, a Rede conta com a presença de mais de onze mil estabelecimentos de ensino espalhados por 181 Estados-membros. Atualmente, fazem parte da Rede portuguesa 113 Escolas Associadas da UNESCO, do Norte ao Sul do país, incluindo ilhas.

Estas escolas e estabelecimentos de ensino têm como objetivo alimentar de forma ativa os princípios e ideias da UNESCO, através do desenvolvimento de projetos-piloto e métodos de ensino inovadores, destinados a concretizar uma melhor preparação por

² De acordo com a Estratégia da ASPnet 2014-2021, escrita pela UNESCO em 2013. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Educa%C3%A7%C3%A3o/estrategia_da_rede_de_escolas_associadas.pdf

³ Apresentados pela ONU os objetivos do desenvolvimento sustentável foram consultados em: <https://www.ods.pt/>

⁴ Como destaca a UNESCO a rede das suas escolas associadas. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/redes-unesco/escolas-associadas-da-unesco>

parte das crianças e jovens, para que possam estar dotados de competências que os permitam enfrentar os desafios diários de um mundo cada vez mais complexo.

Tal como a UNESCO, a principal missão de uma Escola Associada é fomentar a cooperação internacional e a paz, através de uma posição a favor de uma educação de qualidade para todos.

Perante a temática é comum que surjam dúvidas e por esse motivo a UNESCO criou o Manual Prático das Escolas Associadas da UNESCO⁵, manual este que tem como contracapa a célebre citação de autoria de Delors “*À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele*”.

Através do manual, é possível esclarecer dúvidas como a implementação do programa da Rede nas Escolas, os benefícios de pertencer à mesma e os projetos e atividades passíveis de levar a cabo em cooperação com a Rede e os Estados-membros, junto da CPLP.

É importante ressaltar que a atuação das temáticas das Redes é comum a todas as formas de ensino, desde o primário, ao secundário, profissional, vocacional, formal ou não formal. De modo a que o objetivo de uma educação inclusiva possa continuar a ser alcançado por todos em todos os lugares.

Em Portugal, foi no ano de 1985 que as primeiras duas escolas, localizadas no distrito do Porto, aderiram à Rede e desde então já se juntaram mais 111 estabelecimentos de ensino.

Durante o estágio, foi possível visitar dois agrupamentos de escolas no concelho de Oeiras, pertencentes à Rede, e participar no Encontro Regional Intercalar de Redes das Escolas Associadas da UNESCO. O evento permitiu estar em contacto com vários educadores e professores, bem como, com diversos alunos, com idades compreendidas entre os 5 e os 18, de mais de 15 estabelecimentos de ensino diferentes da zona centro do país. O Encontro Regional, o último do ano letivo corrente, tem como objetivo dar a conhecer ao público escolar todos os projetos realizados pelas diferentes escolas, bem como a abordagem utilizada e os resultados obtidos através da mesma. Uma iniciativa abrangente e inclusiva que possibilitou a consciência da existência de inúmeros projetos

⁵ O Manual Prático das Escolas Associadas da UNESCO, UNESCO, 2020. Disponível em: https://is-suu.com/comissaonacionaldaunesco/docs/escolas_unesco5edicao_v19_web

com elevado potencial. Projetos como a “Literacia do Oceano⁶” resultante do dia das Escolas Azuis e o projeto do Currículo do Mar, que consiste em interligar e integrar as disciplinas dos alunos ao longo do seu percurso escolar, como por exemplo na disciplina de Matemática lecionar o teorema de Pitágoras e em simultâneo, na disciplina de História, abordar o contexto histórico do mesmo. Dois projetos que demonstram a constante criatividade e estímulo presente nas escolas pertencentes à Rede da UNESCO em Portugal.

Tendo em conta a informação acima referida, a presença ativa da Rede de Escolas Associadas da UNESCO em Portugal tem um papel de elevada relevância. É através da mesma que a Organização concede o apoio necessário para a realização de seminários, colóquios, conferências e congressos. Momentos que permitem à comunidade educativa incentivar a multiculturalidade, o intercâmbio de informação, a reflexão, o diálogo intercultural e a cooperação.

Sendo a educação um pilar tão importante nos dias de hoje para a preparação das gerações do amanhã, é necessário ter noção do seu impacto através da ação de organizações internacionais. Surgiu o interesse em descobrir e explorar de que forma a presença da UNESCO em Portugal impacta a educação dos indivíduos. Para isso, foi realizada uma exaustiva investigação académica e concluiu-se que o foco das pesquisas existentes para o caso português é maioritariamente no impacto e benefícios socioeconómicos. Devido à escassez de artigos académicos no âmbito do impacto social das organizações internacionais, nomeadamente da UNESCO na educação, e em especial no caso Português, manifesta-se uma necessidade de identificação dos resultados das intervenções e contributos das organizações internacionais.

O que é o impacto?

O impacto social é definido como *“o processo de identificação de consequências futuras de uma ação presente ou proposta que são relacionados a indivíduos, organizações ou macro sistemas sociais”* (Becker, 2001). Para Becker, as principais características para determinar qual a metodologia a utilizar para pesquisas orientadas ao social passam por uma aprendizagem e planeamento estratégico, *forecasting* (antecipação), avaliação de impacto e impacto social.

⁶ A iniciativa do projeto da Literacia do Oceano disponível em: <https://escolaazul.pt/escola-azul/literacia-do-oceano>

Já a definição de impacto social escolhida pela CASES⁷ conduz-nos a um conceito mais abrangente, incluindo dimensões relevantes e necessárias para a Cooperativa, como a dimensão económica e a ambiental, não restringindo apenas à social. Com base no documento das Nações Unidas, Cf. *Impact Evaluation in UN Agency Evaluation Systems: Guidance on Selection, Planning and Management*, p.6, o termo impacto social é apresentado como “efeitos a longo prazo de uma intervenção de desenvolvimento, diretos ou indiretos, positivos e negativos, primários e secundários, intencionais ou não intencionais”.

Mas ainda assim continua a surgir uma dúvida: qual é o motivo que leva as organizações internacionais a quererem medir o seu impacto social?

A informação providenciada pela medição do impacto social de uma organização permite aos Estados-membros não só ter clareza sobre a eficácia e eficiência da gestão das mesmas em contexto nacional e internacional, mas também que haja abertura para uma cultura organizacional de avaliação e melhoria contínua. É necessária a existência de avaliações com resultados concretos para que seja possível alcançar uma melhoria contínua no desempenho, através da implementação de novas práticas, tanto a nível estratégico como operacional, a nível interno ou externo.

William R. Freudenburg, em *Annual Review of Sociology*, aborda a avaliação do impacto social ou socioeconómico, também conhecido por (SIA), como um campo híbrido, isto é, podemos estudá-lo a partir da área das ciências sociais, mas também como um componente de processo de tomada de decisão. São maioritariamente utilizados como um método antecipatório de projeção de possíveis resultados. Ainda que tenham sido inúmeros os avanços e descobertas feitas neste campo desde os anos setenta, é necessário que haja um constante e contínuo desenvolvimento de técnicas e exercícios para combater os desafios que o futuro reserva. Existe ainda um obstáculo gerador de grande controvérsia dentro da comunidade científica relativamente à quantidade de dados disponíveis e a forma como estes estão disponibilizados para a comunidade.

⁷ Cooperativa António Sérgio para a Economia Social responsável por um programa de impacto social. Disponível em: <https://www.cases.pt/programas/impacto-social/>

Em contraste, a descrição e definição do conceito de avaliação de impacto feito à luz das considerações teóricas e práticas levadas a cabo pelos membros das organizações do Grupo de Avaliações das Nações Unidas, o UNEG, considera que o debate principal se foca no termo definido pelo CAD/OCDE⁸. Este define o impacto como: “efeitos a longo prazo, positivos e negativos, primários e secundários produzidos por uma intervenção de desenvolvimento, direta ou indiretamente, intencional ou não intencional”. Esta definição advém dos pilares de muitas outras definições de avaliação de impacto adotadas por muitas instituições de desenvolvimento, como a UNESCO por exemplo, com algumas modificações ou adições.

A *United Nations Evaluation Group*, UNEG, é o principal organismo das Nações Unidas responsável pela criação e desenvolvimento de avaliações de impacto. Foi criado em janeiro de 1984 como a rede profissional de interagência profissional responsável pelas unidades de avaliação do sistema da ONU e é constituído por 50 membros até hoje, dos quais Portugal faz parte. A UNEG criou o *Impact Evaluation Task Force* (IETF), método que tem vindo a explorar os problemas existentes no sistema de avaliação de impacto das Nações Unidas desde 2009. Inicialmente este serviria para conduzir a pesquisa junto das avaliações dos membros do UNEG e com isso estabelecer os estados das avaliações de impacto de acordo com os seus programas em curso. Todos os esforços culminaram no documento hoje conhecido como *Guidance Note*⁹, o documento realizado em 2013 que tinha como objetivo ser um guia para todos os membros do UNEG.

No entanto, são inúmeras as tentativas para alcançar uma definição comum de avaliação de impacto que seja frutiva. Na literatura académica das ciências sociais é possível encontrar discussões sobre a relação entre a medição do impacto social e os métodos quantitativos e qualitativos utilizados para o mesmo. Em *Center for Global Development, 2006. When will we ever learn? Washington DC.*, os autores advogam que existe ainda uma forte ausência de provas do que funciona e do que não funciona no tópico da avaliação de desenvolvimento internacional.

⁸ Conjunto de boas práticas dentro da área de desenvolvimento. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/evaluation/normasdocadparaaqualidadedaavaliaaododesenvolvimento.htm>

⁹ Documento tido como ponto de partida para as agências da ONU sobre como conduzir avaliações de impacto. Disponível em: <http://www.uneval.org/document/detail/1434>

Medição do impacto

A medição de impacto é hoje em dia cada vez mais importante e determinante para que as entidades possam demonstrar de uma forma concreta e factual o valor do seu trabalho, não só dar a conhecer o que aconteceu, mas verificar o como e porquê que aconteceu. Ainda assim, nem sempre a sua realização é considerada simples ou fácil. No entanto, é necessário para aprovação por parte dos governos que as organizações internacionais apresentem dados concretos e regulatórios do seu desempenho. (Ebrahim e Rangan 2010, p.10)

A importância da medição do impacto das organizações internacionais e sociais tem vindo a demonstrar um crescimento substancial nas últimas duas décadas. (Mulgan et al., 2010.). O autor, em *Mulgan et al* (2006, p.1) explica como são poucas as organizações que têm no seu foco a alocação de recursos para métricas de impacto. É através da avaliação do impacto que é alcançada a tomada de decisão acerca do futuro e do tipo de intervenção que a organização irá realizar, quais as medidas a serem tomadas e se essas medidas funcionam ou têm que ser reajustadas e alteradas.

No âmbito social, a medição do impacto tem uma tendência falaciosa pela dificuldade que aparenta em analisar e compreender textos académicos (Boris, 2006, p.3). Tal como é dito em *Social Value Act*, por Trelstad, certas atividades no setor social apresentam um elevado grau de dificuldade em medir o seu impacto, uma vez que estão afetadas a diversas condicionantes diferentes, muitas das vezes não intencionais. Contudo, são cada vez mais os esforços para que seja possível não só identificar, mas também calcular e analisar múltiplas variáveis dentro das diversas métricas existentes na medição do impacto em organizações, uma vez que muitas delas partem sempre de uma estimativa. (Trelstad, 2008, p.106).

Figura 1 - Avaliação do Impacto

Dimensão	Propriedades
Orientação	Estabelecimento do valor do programa Justificação das decisões para aumentar o programa Prestação de contas perante os financiadores e outros detentores de interesse.
Principais Questões	O programa foi implementado como o planeado? Os objectivos definidos do programa foram alcançados? As necessidades dos que beneficiaram do programa foram satisfeitas? Quais são os <i>outcomes</i> não pretendidos? A estratégia de implementação leva a <i>outcomes</i> não pretendidos? Como é que as diferenças na implementação afectam os <i>outcomes</i> do projecto? Dados os custos do programa quais são os seus benefícios?
Estado do programa	Implementado
Principal Enfoque	Centra-se na implementação e/ou <i>outcomes</i> . Os estudos mais abrangentes combinam tanto a implementação como os <i>outcomes</i> , conhecidos como estudos processo- <i>outcomes</i> .
Timing (relativo à implementação do programa)	Nominalmente "após" o programa ter completado pelo menos um ciclo com os beneficiários do programa. Na prática, os estudos de impacto devem ser realizados a qualquer altura depois do programa estar "implementado".
Principais abordagens	Baseada nos objectivos Baseada nas necessidades Sem objectivos Estudos de processo- <i>outcome</i> Avaliação realista Auditoria do desempenho Avaliação baseada na teoria
Recolha de evidências	Utilização de testes e dados quantitativos, sempre que exequível a utilização de grupos de tratamento e de controlo. Os estudos de implementação exigem geralmente dados de observação. Determinar todos os <i>outcomes</i> requer a utilização de métodos mais exploratórios e a utilização de evidências qualitativas.

Fonte: Avaliação de Impacto: Breve Introdução. Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.2013. ¹⁰

Nos últimos anos, inúmeras metodologias têm vindo a ser desenvolvidas, bem como instrumentos de medição, tendo como fatores os diversos atores intervenientes, a sua dimensão e a sua natureza. As agências pertencentes às Nações Unidas têm uma necessidade acrescida em realizar avaliações de impacto. Devido a inúmeros fatores, como o aumento do conhecimento e experiência na área, a responsabilidade e aprendizagem inerentes à avaliação concedem um estabelecimento de cadeia de causa e efeito

¹⁰ Documento de trabalho do qual foi retirada a figura. Disponível em: https://www.instituto-ca-moes.pt/images/cooperacao/doc_trabalho8_2013.pdf

que permite identificar se a intervenção efetivamente funcionou e se sim, como funcionou. Ainda assim, é necessário ter a consciência de que diferentes desenhos de avaliação de impacto resultam em diferentes abordagens no que ao estabelecimento de resultados.

O *Network B*¹¹ é um dos Indicadores de Sistema Educacional do programa de indicadores da OCDE. Este implementa procedimentos para o desenvolvimento de dados estatísticos comparáveis em sistemas de educação em diversos países, dados que são utilizados para desenvolver indicadores internacionais de sistemas de educação. Estes indicadores são publicados anualmente no relatório da OCDE “*Education at a Glance - OECD Indicators*”.

A OCDE com o seu artigo “*Education at a Glance*” explica como o seu programa de Indicators of Education Systems (INES) tem como objetivo medir o desempenho do sistema educacional nacional como um todo e não comparar instituições de forma individual ou entidades internacionais. Para isso a organização acredita que seja necessário analisar do ponto de vista individual e de instituição não só os resultados, mas também as relações. Desse modo, foi criado o programa de Indicadores que agrupa em diversas dimensões os fatores a ter em conta para a avaliação do sistema educacional de cada nação. Fatores como o sistema educacional como um todo, os docentes dos mesmos sistemas, bem como as infraestruturas do mesmo e os estudantes envolvidos.

No campo das metodologias de avaliação de impacto a escolha da abordagem correta deve ter como base uma cuidadosa ponderação, isto devido ao conjunto de características relacionadas com a própria avaliação do impacto. O importante é ter em conta que independentemente da escolha da abordagem que a mesma seja adequada à situação. Nesse sentido, é necessário que seja realizada uma pesquisa e compreensão prévia das características da situação antes da escolha do método, uma vez que não existe um método que “*fits all*”.

¹¹ Education at a Glance, OCDE, 2021. Fonte provedora de indicadores para o estudo da educação, tal como o Network B. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/b35a14e5-en/index.html?itemId=/content/publication/b35a14e5-en>

Figura 2 - Abordagens de avaliação de Impacto

Abordagens	Variantes específicas	Bases para inferência causal
Experimental	Testes Controlados Aleatoriamente; Quase Experimental; Experimentações naturais.	Contrafactual; a presença em simultâneo da causa e efeito.
Estatística	Modelação Estatística; Estudos longitudinais; Econometria.	Correlação entre causa e efeito ou entre variáveis, influência de causas múltiplas (normalmente) isoláveis num único efeito. Controlo das "variáveis de confusão".
Baseada na teoria	<i>Abordagens do processo causal</i> : Teoria da Mudança, identificação de processos, Análise da Contribuição, Percurso do impacto; <i>Abordagens do mecanismo causal</i> : Avaliação Realista, Análise de Congruência.	Identificação/confirmação de processos ou "cadeias" causais; Factores de suporte e mecanismos intervenientes no contexto.
Baseada no "caso"	<i>Interpretativa</i> : Naturalista, Grounded Theory (Teoria fundamentada nos dados), etnografia; <i>Estruturada</i> : Configurações, Análise Qualitativa Comparativa, Análise individual de cada caso, Simulações e análise de redes.	Comparação cruzada e individual dos casos de combinações de factores causais; Generalização analítica baseada na teoria.
Participativa	<i>Abordagens normativas</i> : Avaliação participativa ou democrática, avaliação de <i>empowerment</i> <i>Abordagens de agência</i> : Aprender fazendo, Diálogo político, Pesquisa-Ação Colaborativa.	Validação pelos participantes de que as suas acções e os efeitos experimentados são "causados" pelo programa; Adopção, personalização e compromisso com uma meta.

Fonte: Avaliação de Impacto: Breve Introdução. Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.2013. ¹²

Na figura 2 foram apresentadas as principais abordagens de avaliação de impacto das quais a aluna não irá realizar uma descrição exaustiva de todos os métodos pois tem como objetivo apresentar os métodos com as abordagens mais semelhantes ao trabalho realizado pela representação da UNESCO em Portugal, a CNU. Face ao estágio e com base no objeto de estudo do presente relatório, destacam-se duas abordagens, a baseada no "caso", isto é, uma abordagem não só interpretativa com uma teoria fundamentada nos dados, mas também estruturada com base em análises qualitativas e comparativas realizadas através de uma comparação cruzada e individual dos casos de combinações de factores causais. Em segundo lugar, a abordagem sugerida é a participativa, uma abordagem normativa através de uma avaliação democrática e participativa onde a validação dos factos é feita pelos participantes com base nos seus atos e os resultados

¹² Documento de trabalho do qual foi retirada a figura. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/doc_trabalho8_2013.pdf

são uma consequência dos mesmos. Ambas são consideradas nos dias de hoje as abordagens mais aconselhada para o tratamento de intervenções ao nível do desenvolvimento internacional.

No entanto, são várias as abordagens existentes com potencial para realizar avaliações de impacto, o que faz com que a questão se torne complexa e com responsabilidade e exigência acrescida no seu processo. Embora existam abordagens mais indicadas para avaliar o impacto da melhor forma, é necessário ajustar a metodologia a cada caso de forma individual, tornando possível a escolha de abordagens não só quantitativas, como qualitativas, participativas ou misturadas. Contudo, hoje em dia, ainda que seja de extrema relevância a avaliação do impacto dentro das organizações internacionais, o mesmo ainda não é uma prática comum no âmbito da cooperação portuguesa (Instituto Camões, 2013).

IV. O estágio

Nesta parte do relatório serão abordadas as tarefas e atividades desenvolvidas durante o período presencial do estágio curricular, nomeadamente os meses compreendidos entre novembro de 2019 a março de 2020.

O estágio foi obtido pela estagiária através da candidatura a uma vaga do programa de estágios curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, destinado a estudantes do Ensino Superior de variadas áreas de formação, denominado por PECMNE. Após a candidatura, foi realizado um contacto por parte da responsável pelo Setor de Comunicação, a Dr.ª Anna-Paula Ormeche, para que fosse agendada uma reunião presencial.

O estágio teve início no dia 11 de novembro de 2019 e nesse primeiro dia, foram dadas as boas vindas à estagiária através da apresentação ao local de trabalho, às colegas e aos seus respetivos setores de atuação. Ao longo da primeira semana, foram delimitadas quais as principais tarefas a realizar, os principais eventos e projetos e o nível de envolvimento por parte da estagiária em cada um dos mesmos de forma detalhada.

Como complemento informativo da atuação da Organização e Comissão foram facultados diversos materiais de apoio, como manuais, guias, brochuras e flyers elucidativos.

No decorrer do estágio foram desenvolvidas como principais atividades genéricas e diárias a tradução de documentos e mensagens de referência para divulgação nacional através dos canais digitais, a criação e colocação de conteúdos no website e Facebook da CNU, bem como websites associados à Organização.

Uma das atividades a desenvolver durante o período do estágio passava pelo apoio ao planeamento e organização de eventos. O primeiro evento de que a estagiária teve conhecimento foi o 1º Fórum Nacional das Redes UNESCO em Portugal. Esta primeira edição do Fórum das Redes, insere-se nas comemorações do 40º aniversário da Comissão Nacional da UNESCO em Portugal e teve lugar no dia 30 de novembro de 2019 no Mosteiro de Alcobaça. Tinha como principais objetivos a promoção do interconhecimento e a aproximação entre as redes, permitindo também momentos de reflexão sobre o futuro da UNESCO em Portugal. Como o tempo em que a estagiária estava inserida

na Comissão até à data do evento revelava-se reduzido o seu nível de envolvimento foi apenas de cariz informativo.

Após o primeiro Fórum ter sido realizado com sucesso, todo o foco do departamento de Comunicação e Informação voltou-se para o evento de cariz internacional que aconteceria no mês de fevereiro.

Este evento era a 5ª Reunião Informal da Rede Europeia de Comissões Nacionais da UNESCO. Aconteceu num contexto particularmente importante pelo facto de ser a celebração do 75º aniversário da UNESCO assim como a última década para a aplicação e concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030.

Portugal tinha sido escolhido como país acolhedor do evento e a cidade de Cascais como a localidade final para a realização do mesmo. Devido à sua proximidade com a capital, e os seus pontos importantes como o aeroporto de Lisboa e os seus monumentos históricos, bem como a proximidade com a cidade de Sintra e os seus encantos.

O evento contou com a presença de mais de 30 Comissões, vindas de países como Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Croácia, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Finlândia, França, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Montenegro, Países Baixos, Noruega, Polónia, Roménia, Suíça, Suécia, Turquia e Reino Unido. Contou também com a presença do Canadá, como país espectador e do secretariado da UNESCO, através da presença do Diretor-Geral Adjunto da UNESCO e o Chefe da Unidade das Comissões Nacionais do Setor para África e as Relações Externas, Firmin Edouard Matoko e Fuad Pashayev.

Entre os dias 16 e 19 de fevereiro todos os 51 intervenientes tiveram a possibilidade de participar em mesas redondas relativas a vários tópicos importantes para o desenvolvimento da rede das Comissões Nacionais. Além da vertente educativa, houve também visitas culturais a locais pertencentes ao Património Mundial da UNESCO em Portugal, como a paisagem cultural da cidade de Sintra, o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém.

Relativamente ao envolvimento da estagiária no evento, este passou pelo apoio da organização do mesmo, com o estabelecimento de contacto com as Comissões Nacionais através do uso de emails e chamadas, a realização de documentos facilitadores de escolha para os participantes e em último lugar pela apresentação da sessão de abertura do evento predominantemente na língua inglesa. (Anexo D)

Ainda no decorrer dos eventos, é importante mencionar a participação da estagiária no Lançamento da versão portuguesa dos materiais educativos – “Educação sobre o Holocausto e para a prevenção do genocídio” e “Porquê ensinar o Holocausto?” publicados pela UNESCO no domínio da Educação para a Cidadania Global, uma área estratégica para a UNESCO e uma prioridade da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Este teve lugar na Escola Secundária Quinta do Marquês, em Oeiras, escola pertencente à Rede de Escolas Associadas à UNESCO, no dia 12 de dezembro de 2019. Contou com a participação do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, do Presidente da Comissão Nacional da UNESCO, José Filipe Moraes Cabral, do chefe da Delegação Portuguesa junto da International Holocaust Remembrance Alliance, Luís Barreiros, da representante da Direção-Geral da Educação, Ana Luísa Santos e ainda do Vereador da Educação da Câmara Municipal de Oeiras, Pedro Patacho. (Anexo A)

Graças à participação neste evento e à leitura dos materiais educativos, a estagiária entendeu qual era o tema que se proporia a elaborar no seu relatório e a partir desse momento teve a possibilidade de trabalhar de forma mais próxima com a responsável do Setor da educação, Dra. Fátima Claudino. O que permitiu participar em mais um evento de elevada relevância para o relatório, o Encontro Regional Intercalar da Rede das Escolas Associadas da UNESCO. Este Encontro aconteceu no dia 12 de fevereiro de 2020, no Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos - Escola Secundária Luís de Freitas Branco. Tinha como tema “Transformar o nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. O objetivo destes encontros era a aproximação das escolas, a troca de experiências, e ao fim ao cabo um acompanhamento próximo das escolas e projetos a serem executados.

Voltando às atividades desenvolvidas, uma das tarefas contínuas e complementares a todas as restantes era a de pesquisa, recolha e tratamento de informação relacionada com projetos internacionais da UNESCO, bem como dos setores da Educação e da Cultura.

Este período foi caracterizado por uma aprendizagem constante e um forte dinamismo. O ambiente de trabalho positivo e a comunicação aberta proporcionaram uma envolvimento em vários assuntos e eventos de cariz nacional e internacional.

Ainda que tenha sido breve a presença no escritório, foi um período que permitiu ter a consciência da qualidade e polivalência de todos os setores, com especial ênfase no Setor de Comunicação e Informação. Com apenas duas posições de técnicas superiores às matérias tratadas eram das mais variadas áreas como design, marketing, publicidade, organização de eventos transversais a todos os setores, gestão de redes sociais, tradução, criação de notícias, entre outras. Acredito que a Comissão beneficiaria muito em acrescentar mais um elemento à equipa, com conhecimentos aprofundados nas áreas referidas. Dessa forma seria possível dar a resposta e atenção necessária ao enorme volume de trabalho que o setor apresenta.

Ao longo dos 4 meses, a equipa mostrou-se sempre disponível, interessada, pronta a ajudar e ensinar diversos temas tanto sugeridos pela CNU como pela estagiária. O que culminou num forte envolvimento e estímulo por parte da estagiária em diversos assuntos nos setores da Comunicação e Educação.

Frequentemente os assuntos tratados pelo Setor de Comunicação eram não só de elevada complexidade como também apresentavam a necessidade de serem realizados de forma simultânea o que possibilitou à estagiária uma participação ativa e noção transversal de organização e coordenação de várias temáticas e eventos.

É de valorizar o convite realizado por parte da Dr^a Anna-Paula Ormeche e da Comissão para que a estagiária apresentasse a abertura da Cerimónia do evento da 5^a Reunião Informal da Rede das Comissões Nacionais Europeias da UNESCO em Cascais, entre os dias 16 e 19 de fevereiro.

Ainda durante o período presencial, foi identificado pela estagiária um aspeto de possível melhoria na forma como eram tratados os contactos. Com esse intuito foi proposta a criação de um perfil numa plataforma de Customer Relationship Management, uma plataforma que permite às instituições e empresas potencializar o seu contacto direto com o seu público-alvo. O objetivo era facilitar o armazenamento, a gestão de contactos e o acesso aos mesmos, bem como informações relevantes. O perfil foi concluído e entregue em junho de 2020, aquando a conclusão do estágio. Infelizmente não foi possível realizar o acompanhamento presencial e contínuo de que a plataforma requer, por esse motivo foram realizados pela estagiária vídeos explicativos que auxiliam na utilização da plataforma.

CONCLUSÃO

1. Sobre as Organizações Internacionais

Na primeira parte deste relatório são explorados os diferentes conceitos de “organização internacional”, bem como a importância do seu papel no panorama internacional como o conhecemos hoje em dia. Tendo em conta a investigação realizada no presente relatório, conclui-se que as OI desempenham um papel chave no sistema internacional. É através do seu contributo como atores e não simplesmente como veículos que as mesmas auxiliam no crescimento internacional através da paz e cooperação. Como destacado por Barnett e Finnemore, as OI são consideradas essenciais para o bom funcionamento das relações intraestatais não só pelas mais valias que adicionam, mas também devido à sua posição imparcial e neutra.

Dentro da área das organizações internacionais destacam-se três das quais os interesses estão alinhados com os da política externa portuguesa, organizações como as Nações Unidas, a União Europeia e a NATO. Hoje em dia, Portugal é país membro de cerca de oitenta e seis organizações internacionais abrangidas pelas mais diversas áreas, desde a educação, à saúde, alimentação, trabalho, cooperação internacional, segurança, etc. Portugal pretende com a sua presença em tais organizações fomentar a sua cooperação internacional e também projetar os seus interesses e intervenções na comunidade.

2. Sobre a relação entre a UNESCO, a CNU e o impacto social da Educação

O interesse em estudar o impacto social da educação e a sua relação com a UNESCO, e conseqüentemente na CNU, advém da experiência de trabalho no setor da Comunicação e Informação da Comissão. Diariamente, era comum ser responsável não só pela tradução e divulgação de mensagens bem como de eventos e materiais de apoio educativo nos canais digitais da CNU. No entanto, todo este processo era realizado de forma digital e distante para com a comunidade. Após ter tido conhecimento do programa de Redes de Escolas Associadas da UNESCO, pareceu-me apropriado que existisse um método de avaliar qual o impacto social em professores e alunos integrantes de uma escola da Rede e comparar com a comunidade de uma escola não participante. À partida compreendi que tal informação não estava disponibilizada para toda a comunidade e

que muito se devia à complexidade de fatores e aspetos caraterísticos de cada escola e cada projeto.

Com isso, o objetivo com o presente documento foi sugerir com base na experiência no estágio abordagens que possam vir a ser levadas a cabo na CNU e criar um ponto de partida para uma análise mais detalhada no âmbito das metodologias e abordagens de avaliação de impacto no caso da cooperação portuguesa.

3. Sobre o Estágio

O principal foco com este estágio foi o adquirir conhecimento empírico e colocar à prova, num contexto profissional dentro da área de relações internacionais, o conhecimento teórico alcançado no decorrer do percurso académico. Este teve lugar no Ministério dos Negócios Estrangeiros que acabou por revelar ser o melhor local para poder estar emersa na realidade ambicionada. Tendo por interesse a área das organizações internacionais, o alinhamento com a Comissão Nacional da UNESCO foi crucial para a constante aprendizagem. Tive a oportunidade não só de trabalhar numa área de grande interesse pessoal, mas também de ter como equipa excelentes membros dotados de conhecimento, experiência e boa disposição para me receber. Pude participar ativamente não só em eventos organizados exclusivamente pela CNU como também no planeamento e gestão dos mesmos. Enquanto estagiária tive ainda a oportunidade de estudar e ter acesso a informação privilegiada sobre a UNESCO enquanto organização internacional e o seu foco na educação e promoção da paz. No decorrer do estágio pude estar envolvida em atividades de outros setores do MNE, o que proporcionou o estreitamento de relações pessoais para além do estágio em si.

Termino com a certeza de que este estágio contribuiu para muito mais que apenas a minha formação, mas também a minha personalidade e o meu carácter. Foi uma oportunidade que me permitiu colocar-me à prova e conseqüentemente enriquecer o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BASSET, R. M. e MALDONADO, A. 2009. International Organizations and Higher Education Policy. Thinking Globally, Acting Locally?

BEAUCHAMP, Edward. 2003. Constructing Education for Development. Pp 6-10.

BORIS,

CAMÕES, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. Avaliação do Impacto: Breve Introdução. 2013. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/doc_trabalho8_2013.pdf

CASE, 2021. Sensibilização para a avaliação de Impacto Social. Disponível em: <https://www.cases.pt/programas/sensibilizacao-para-a-avaliacao-de-impacto-social/>

CASTAÑO, David. 2015. Portugal e a ONU, A Primeira Aproximação. P.9

CLIVE, Archer. 2015. International Organizations.

CNU. 2018. Relatório de Atividades da Comissão Nacional da UNESCO.

CNU. 2020. A criação da UNESCO. Consultado em maio de 2020. Disponível em: <https://unesco.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/historia/breve-historia/a-criacao-da-unesco>

CNU. 2020. A História da UNESCO. Consultado em maio de 2020. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>

CNU. 2020. Estados-membros. Consultado em maio de 2020. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/estados-membros>

CNU. 2020. O Ato Constitutivo da UNESCO foi adotado há 75 anos. Consultado em novembro de 2020. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/noticias/o-ato-constitutivo-da-unesco-foi-adotado-ha-75-anos-2>

CNU. 2020. Órgãos Diretivos. Consultado em maio de 2020. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/orgaos-diretivos>

CNU. 2015. Gestão e coordenação para o desenvolvimento da educação. Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/educacao-para-o-seculo-xxi/gestao-e-coordenacao-do-desenvolvimento-da-educacao>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2018. O Estado da Educação. Consultado em outubro de 2020. Disponível em: https://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao2018_web_26nov2019.pdf

CORREIA, José de Matos. 2006. Integração na União Europeia e o Papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros. 29-81.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. MNE congratula-se com reeleição de Portugal para órgão da UNESCO. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/mne-congratula-se-com-reeleicao-deportugal-para-orgao-da-unesco-8599003.htm>

FEIS, Herbert. 1957. Churchill, Roosevelt, Stalin. The war they fought and the peace they sought. Princeton: Princeton University Press.

FREUDENBURG, W. 1986. Social Impact Assessment. *Annual Review of Sociology*, 12, 451-478. Consultado em março de 2021. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2083211>

GASPAR, Carlos. 2017. A Balança da Europa. P.26

HERTZ, M., HOFFMAN, A., TABAK, J. 2015. Organizações Internacionais: Histórias e Práticas. Consultado em agosto de 2020. Disponível em:

https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=QZXpCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=papel+das+organiza%C3%A7%C3%B5es+internacionais&ots=kA6m0PvJOf&sig=ChGMhX_xDprmJJpZu5_Gi2clcyo&redir_esc=y#v=one-page&q&f=false

HEYNEMAN, S. P. 2009. Education, Social Cohesion, and the Future Role of International Organizations, 25-38

JOACHIM J., REINALDA B., VERBEEK, B. 2008. International Organizations and Implementation: Enforcers, Managers, Authorities? Disponível em:

https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=yu7Z8h4XPicC&oi=fnd&pg=PP1&dq=education+in+international+organizations&ots=YzTYmCxuKI&sig=-wDtcXTOWY4SpRSdfA575YUMHtU&redir_esc=y#v=one-page&q&f=false

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. 1974. Transgovernmental relations and international organizations. Disponível em:

<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/wpot27&div=6&id=&page=>

KEOHANE, Robert. 1988. International institutions: Two Approaches. *International Studies Quarterly* 32.4, 384.

MCNEELY, Connie. 1995. Prescribing National Education Policies: The Role of International Organizations. *Comparative Education Review*, 39, 483–507.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. 2017. Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. PORTUGAL. pp. 26-30. Consultado em março de 2020. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT.pdf

MIRA, Rui Pedro. 2015. A avaliação dos impactos sociais através da metodologia SROI – Estudo de Caso: Cooperativa Fruta Feia. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fco-mum.rcaap.pt%2Fbitstream%2F10400.26%2F12858%2F1%2FTese_final.pdf&clen=6501825

MULDOON JR., James P. 2004. The Architecture of the Global Governance – an introduction to the study of international organizations.

OBSERVADOR. 2020. UNESCO aponta inclusão dos alunos em Portugal como exemplo a seguir por outros. Consultado em novembro de 2020. Disponível em: <https://observador.pt/2020/11/25/unesco-aponta-inclusao-dos-alunos-em-portugal-como-exemplo-a-seguir-por-outros/>

OCDE. Education at a Glance. OCDE Indicators. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/db0e552c-en/index.html?itemId=/content/component/db0e552c-en>

PORTAL DIPLOMÁTICO. UNESCO. Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/unesco>

PORTAL DIPLOMÁTICO. UNESCO. Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-multilaterais/organizacaoes-internacionais-de-que-portugal-e-membro>

RESNIK, Julia. 2006. International Organizations, the “Education–Economic Growth” Black Box, and the Development of World Education Culture.

RODRIGUES, Luís. 2006. Da criação da UNESCO à adesão de Portugal (1946-1965). *Relações Internacionais*, (12), pp. 167–181.

SANTOS, Raquel Valente dos. 2018. Maria de Lourdes Pintasilgo na UNESCO. Dissertação. Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa.

SEWELLS, J. P. 1975. UNESCO and World Politics: Engaging in International Relations.

SAINSBURRY, Keith. 1985. Turning Point: Roosevelt, Stalin, Churchill, and Chiang Kai-shek, 1943. The Moscow, Cairo and Tehran Conferences. Nova York: Oxford University Press

TRELSTAD, B. 2008. Simple Measures for Social Enterprise. Innovations: Technology, Governance, Globalization.

UNEG (United Nations Evaluation Group). 2013. Impact Evaluation in UN Agency Evaluation Systems: Guidance on Selection, Planning and Management.

UNESCO. 1945. Convenção que constitui a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNESCO. Education transforms lives. Consultado em abril de 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/themes/education>

VALDERRAMA, Fernando Martínez e UNESCO. 1995. A History of UNESCO/Fernando Valderrama.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Avaliação do Impacto	34
Figura 2 - Abordagens de avaliação de Impacto	36

ANEXOS

ANEXO A – LANÇAMENTO DE MATERIAIS EDUCATIVOS DA UNESCO EM PORTUGUÊS, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO SOBRE O HOLOCAUSTO

12 de dezembro de 2019 em Oeiras



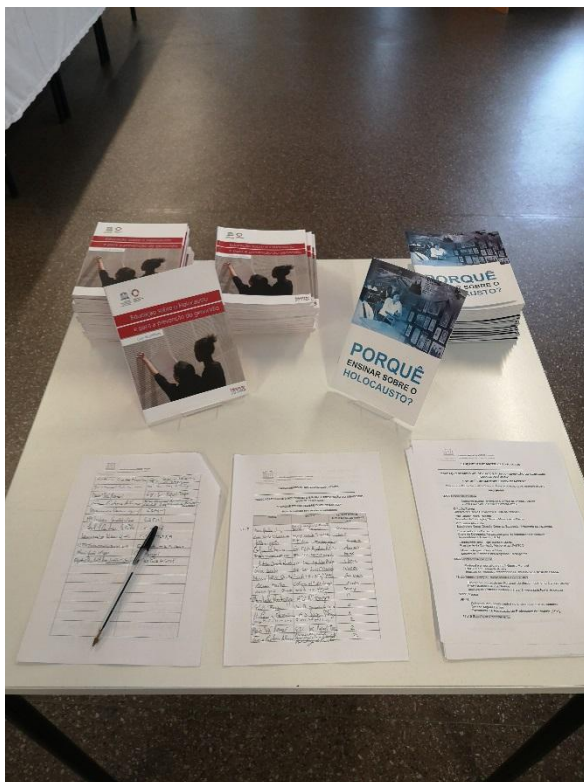
Educação sobre o Holocausto
e para a prevenção do genocídio

Guia de políticas



PORQUÊ ENSINAR SOBRE O HOLOCAUSTO?

Educação
2030



ANEXO B – TRADUÇÃO DA MENSAGEM DA DIRETORA-GERAL DA UNESCO, POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO

24 de janeiro de 2020

Neste dia Internacional, celebramos o poder considerável da educação para agir em favor dos “4 P” dos quais depende o nosso futuro: agir para as pessoas, para a prosperidade, para o planeta e para a paz.

Este dia representa assim uma oportunidade para recordarmos que a educação é um recurso valioso para a humanidade; mas é também um recurso demasiado escasso para milhões de pessoas em todo o mundo.

A crise mundial da aprendizagem, que os dados do Instituto de Estatística da UNESCO confirmaram, deve ser um motivo de preocupação maior. De facto, uma crise da aprendizagem é também uma crise para a prosperidade, para o planeta, para a paz e para as pessoas, pois a educação é a chave de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A UNESCO, que desempenha um papel de coordenação da ação da comunidade internacional para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4 “Uma educação de qualidade para todos”, tem uma responsabilidade acrescida nesta matéria. Por este motivo, estamos a agir em prol de cada um destes “4P”.

A nossa Organização age, em primeiro lugar, em favor das pessoas, fazendo da educação um instrumento de inclusão e, portanto, de emancipação.

As grandes campanhas de alfabetização, que construíram a história da UNESCO, e que continuam a construí-la hoje, permitiram a abertura de um mundo de oportunidades para milhões de mulheres e de homens. Atualmente, realizar é também para libertar o potencial de todas as pessoas que a UNESCO está a trabalhar para promover a mobilidade dos estudantes, mediante a aprovação, aquando da 40ª reunião da Conferência Geral, da primeira Convenção Mundial sobre o Reconhecimento das Qualificações relativas ao Ensino Superior.

Agir em favor da educação também significa agir em favor da prosperidade, pois a educação é o melhor investimento para o futuro. A educação é o instrumento mais eficaz, a médio e longo prazo, para reduzir a pobreza e a desigualdade e potenciar a inclusão social. Assim, a UNESCO promove, em particular, a educação das meninas e das mulheres, através da iniciativa “A sua Educação, o nosso futuro”.

A educação também fornece respostas decisivas para um planeta ameaçado pelas alterações climáticas, com consequências cada vez mais notórias. Só a educação tem o poder de modificar de uma forma sustentável os comportamentos nas nossas sociedades, como exige o desafio do aquecimento global. Esta é a razão pela qual a UNESCO convocou todos os seus Estados Membros para integrarem a educação ambiental nos seus currículos, desde o jardim de infância até ao ensino universitário. Iremos partilhar o nosso conhecimento especializado com os Estados de modo a alcançarmos este objetivo.

Por fim, a educação é a pedra angular da Paz. A educação é, de facto, uma abertura para o outro, um caminho de inteligência que conduz à compreensão intercultural, à reconciliação, à fraternidade. Este é o sentido da educação para a cidadania global promovida pela UNESCO.

Porque, agora mais do que nunca, necessitamos mobilizar-nos, por ocasião do Dia Internacional da Educação, a UNESCO apela à ação – ação pela educação. Responsáveis políticos de alto nível ou cidadãos, Estados ou associações, professores e encarregados de educação: todos os atores têm um papel a desempenhar, à sua escala, para que o direito à educação seja uma realidade para todos. Esta é a nossa responsabilidade para com as gerações futuras.

Audrey Azoulay

ANEXO C – TRADUÇÃO DA MENSAGEM DA DIRETORA-GERAL DA UNESCO, POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO

27 de janeiro de 2020

Há 75 anos, as 100ª e 322ª divisões da “Primeira Frente Ucraniana” do Exército Soviético chegavam ao campo de concentração e de extermínio nazi de Auschwitz- Birkenau, cujo próprio nome simboliza a barbárie dos centros de assassinio e de concentração.

Cerca de um milhão de homens, mulheres e crianças foram ali assassinados por serem Judeus, na maioria dos casos à chegada ao campo. Dezenas de milhares de Ciganos, prisioneiros de guerra soviéticos, opositores políticos e outras pessoas vítimas de perseguição foram internadas ou morreram ali. No total, os nazis assassinaram 1 100 000 pessoas em Auschwitz-Birkenau.

Devido ao seu sistema industrializado de extermínio, Birkenau representa o culminar do projeto criminoso dos nazis. Em nome de uma ideologia racista e antissemita, pessoas de todas as idades foram consideradas indignas de existir e assassinadas de forma sistemática a uma escala continental. Neste dia de memória, a UNESCO quer prestar homenagem a estas vítimas sem sepultura, para as quais o esquecimento seria uma segunda condenação.

Em primeiro lugar, através do indispensável trabalho de memória e, em segundo lugar, através do compromisso para a ação.

Cabe-nos assim lutar contra os discursos, onde quer que se expressem, que procuram negar a existência do Holocausto, que relativizam a sua magnitude ou que tentam absolver os assassinos e cúmplices dos seus crimes.

Também é nosso dever, aqui e agora, prevenir o ressurgimento dos genocídios e das violências em massa, pois, ainda que os nazis tenham sido derrotados, nem o antissemitismo, nem o racismo morreram. Continuam a ceifar vidas, a discriminar e a perseguir minorias devido à sua religião, origem ou cultura, e populações civis continuam a ser vítimas de crimes de guerra, de crimes contra a humanidade e de genocídio.

O papel da UNESCO consiste, precisamente, em fazer todos os possíveis para melhorar as mentes, para reforçar as defesas intelectuais de todos e cada um, numa palavra, para educar – pois não nascemos antissemitas e racistas, tornamo-nos antissemitas e racistas.

É nosso dever coletivo responder firmemente contra a manipulação da cultura, contra a instrumentalização do ensino, que são indevidamente usados para doutrinar ou incitar ao ódio, promovendo o conhecimento do outro e reforçando o pensamento crítico e o respeito mútuo.

Prevenir o irremediável, preparar as novas gerações para um futuro mais seguro e mais pacífico: eis a missão que foi entregue à UNESCO há 70 anos e que continua, mais do que nunca, a inspirar-nos.

Audrey Azoulay

ANEXO D – 5ª REUNIÃO DA REDE INFORMAL DE COMISSÕES NACIONAIS EUROPEIAS DA UNESCO

16 a 19 de fevereiro de 2020 em Cascais

